



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **2 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, domingo, 9 de janeiro de 2011

O ESTADO DE SÃO PAULO	
Alberto Tamer	1
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO	
Guerra por segundo escalão envolve 600 cargos.....	2
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Alberto Tamer		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

País consome e poupa mais

Há acontecimentos novos na economia que surpreendem. Os últimos indicadores do IBGE registram que a inflação aumentou, fechou o ano em 5,91%, mas o consumo não se retraiu e as aplicações em poupança superaram recordes. As pessoas absorveram a alta dos preços; estão comprando e economizando mais. É só ver que, apesar da alta dos preços, continuam comprando carros.

E não são resultados distorcidos pelo pagamento do décimo terceiro, em parte destinado à poupança. A Caixa informa que até novembro, antes do abono, a captação líquida havia aumentado 60%. No ano passado, foram abertas 3,7 milhões de novas carteiras de poupança. O saldo líquido, a diferença entre depósito e retirada, fechou em R\$ 126 bilhões. Deve-se acrescentar a isso investimentos em fundos de renda fixa ou não, sem contar investimentos em bolsa. Foi um ano que indica nova tendência. Sem dúvida isso se deve ao aumento da renda via salário, à maior segurança no emprego, à confiança na economia.

Vai durar. Os primeiros sinais dizem que o consumo interno pode manter níveis de crescimento semelhantes aos atuais. Devido ao forte aumento das vendas no fim do ano, mais 12%, os estoques estão baixos e as indústrias estão recebendo um número surpreendente de encomendas. As compras permanecem aquecidas pelo estímulo das promoções oferecidas nesta época. Há setores, como o de calçados, que iniciam o ano com toda a **produção** de janeiro vendida. Isso também ocorre no Polo Pólo **Distrito Pólo Industrial** de **Manaus**. As empresas se preparam para um aumento de vendas de 15% até o fim do primeiro semestre.

Mesmo assim, não se espera um grande aumento da **produção** Polo **Distrito Pólo Industrial** nos próximos meses para atender o aumento da demanda que está sendo suprida pelas importações. Em dezembro, a **produção** Polo **Distrito Pólo Industrial** cresceu 0,1%, segundo o IBGE, após um ano

morno e classificado pelo IEDI como de estagnação. Há muito a fazer como estímulo ao investimento e defesa contra importações subsidiadas pelos governos dos países produtores. E não é apenas a China, são os Estados Unidos e a Europa. A isso se acrescenta a desvantagem do câmbio. Essas importações ajudam a conter a inflação, mas reduzem a capacidade das empresas de criar empregos.

Armadilha da renda. Esse é um outro fato que os últimos indicadores econômicos registram. Eles sinalizam que os consumidores não estão se retraindo na mesma proporção do aumento dos preços. Continuaram comprando e almoçando fora. Tudo indica que a alta dos preços ainda está sendo compensada pelo aumento da renda.

Um sinal disso é que o aumento da inflação, de 0,63% em dezembro, concentrou-se no setor de alimentos e bebidas, 1,32%, depois de meses seguidos de alta. É um setor que, além de ser essencial, representa uma conquista das classes de menor renda. Há sinais de que elas podem ter reduzido o consumo de carne pela alta preços, mas não o de outros alimentos.

Crise veio de fora. A alta dos preços dos alimentos representa uma crise importada. Ela se deve ao aumento das cotações das commodities. Há aumento da demanda pela China e asiáticos e menor oferta por fatores climáticos. Há também um movimento de compras e vendas provocado pelo deslocamento de aplicações no mercado financeiro, onde os juros caíram aos menores níveis da história, para papéis ligados a commodities. Há sinais de menor alta dos preços dos alimentos no País. Não se espera, porém, que isso venha a representar menor inflação nos próximos meses. O governo estuda novas medidas para desaquecer a demanda

E voltamos ao ponto inicial: o fato de as pessoas terem aumentado suas poupanças abre um canal para manter as compras de imóveis e bens duráveis. E, ao que tudo indica, podemos nos preparar para mais inflação que, por enquanto, insidiosa, é aceita pelos consumidores.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Guerra por segundo escalão envolve 600 cargos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

PT e PMDB estão no centro da disputa pelo controle de 102 estatais dos setores produtivo e financeiro.

A disputa entre os partidos aliados da presidente Dilma Rousseff para manter os postos que já têm no segundo escalão ou conseguir novos cargos visa o controle de 102 empresas estatais, sendo 84 no setor produtivo e 18 no financeiro,. Ao todo, estão em jogo cerca de 600 cargos. É provável que a maioria seja mantida, pela continuidade do governo. Trata-se de um butim bilionário capaz de levar os partidos a uma longa batalha política, apesar dos apelos de paz feitos por Dilma e da suspensão de novas nomeações para o segundo escalão até as eleições para a Mesa Diretora da Câmara e do Senado. A guerra compreende postos estratégicos em ministérios e órgãos como os Correios, que o PMDB perdeu para o PT. Na Saúde, a disputa pela Secretaria de Atenção à Saúde deu origem à guerra do segundo escalão. Embora os R\$ 45 bilhões da secretaria não estejam liberados para investimentos, o partido que ocupa o posto tem grande visibilidade no País.

Guerra por segundo escalão envolve 600 cargos e R\$ 107 bi de investimento

Novo governo. Poder das nomeações, causa central do confronto entre PMDB e PT, está relacionado à visibilidade política dos postos, mensurada pelo montante de recursos que cada área tem para investir no País; acordo na Integração exclui peemedebistas

João Domingos / BRASÍLIA

A disputa entre os partidos aliados da presidente Dilma Rousseff para manter os postos que já têm no segundo escalão ou abocanhar novos cargos visa o controle de 102 empresas estatais, sendo 84 no setor produtivo e 18 no setor financeiro. Destas, 66 do setor produtivo e sete do setor financeiro dispõem de R\$ 107,54 bilhões para investimentos só neste ano. Ao todo, estão em disputa cerca de 600 cargos. É provável que a maioria seja mantida, pela continuidade do governo.

Trata-se de um butim bilionário capaz de levar os partidos a uma batalha política pelos próximos meses, apesar dos apelos de paz feitos pela presidente da República e da

suspensão de novas nomeações para o segundo escalão até que sejam feitas as eleições para as Mesas Diretoras da Câmara e do Senado.

A guerra compreende também postos estratégicos em ministérios e órgãos, como os Correios, que o PMDB perdeu para o PT. Na Saúde, a disputa pela Secretaria de Atenção à Saúde (SAS) deu origem à guerra do segundo escalão. Embora os R\$ 45 bilhões dessa secretaria não estejam carimbados para investimentos - são repasses ao SUS -, o partido que ocupa o posto tem grande visibilidade no País, o que se traduz em votos.

O novo ministro da Saúde, Alexandre Padilha, tomou o posto do PMDB e o passou para seu partido, o PT. Em seguida, avançou sobre a Fundação Nacional da Saúde (Funasa), que tem orçamento de R\$ 5 bilhões e cerca de R\$ 1 bilhão para saneamento nas pequenas cidades. Depois de ameaçar votar em favor de um salário mínimo maior, o PMDB conseguiu que Padilha não nomeasse um petista para a Funasa, deixando as negociações suspensas até o mês que vem.

Agora, os peemedebistas lutam para manter Ariovaldo Rosendo na direção do Fundo Nacional da Saúde (FNS). Trata-se de um apadrinhado do ex-ministro Hélio Costa (PMDB). Esse fundo dispõe de R\$ 65,2 bilhões.

Feudo. Nesse ritmo, os golpes prometem ser baixos e as rasteiras frequentes. O PT e o PSB, por exemplo, fecharam um acordo que deixará o PMDB ainda mais irritado. Decidiram varrer o partido de todos os cargos que detém no Ministério da Integração, velho feudo peemedebista.

Elias Fernandes, atual diretor-geral do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs), é homem de confiança do líder do PMDB, Henrique Eduardo Alves (RN). Será demitido pelo novo ministro da Integração, Fernando Bezerra Coelho, do PSB.

Ocorreu o mesmo com o presidente da Codevasf, Orlando Castro, cujo padrinho é o ex-ministro Geddel Vieira Lima (BA). Pelo acordo entre PT e PSB do Nordeste, Castro também será afastado, dando lugar a um socialista, provavelmente Sérgio Novais, presidente do PSB de Fortaleza. Em troca, os petistas do Ceará, que desde 2003

mantêm o controle do Banco do Nordeste, devem permanecer no posto.

Poderosa. Dos R\$ 107,54 bilhões que as estatais têm para investimentos, R\$ 91,2 bilhões são do sistema Petrobrás. Trata-se de uma empresa que se tornou objeto de desejo, e da qual a presidente Dilma Rousseff não abre mão de controlar. Tanto é assim que, antes mesmo de fechar seu ministério, chamou o presidente José Sérgio Gabrielli para continuar à frente da empresa.

Diante da enormidade da estatal, aos outros partidos resta a luta para não perder os postos que detêm nas suas diretorias. Quem corre maior risco é - de novo - o PMDB. Desde que o deputado Fernando Diniz (MG) morreu, o diretor da Área Internacional da Petrobrás, Jorge Zelada, ficou sem padrinho. O deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) luta para preservá-lo. O restante da diretoria é rateada entre o PT e o PP.

O PMDB mantém o controle de duas empresas importantes do sistema Petrobrás. Na direção da Transpetro o partido mantém o ex-senador Sérgio Machado, na cota do presidente do Senado, José Sarney (AP), e do líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL). Machado já foi do PSDB e até liderou o partido no Senado. A Transpetro dispõe de R\$

2,47 bilhões para investimentos. Na presidência da BR Distribuidora está José Luiz de Andrade Neto, nomeado por influência do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão. Esta empresa conta com R\$ 717 milhões para investir em 2011.

Substituta. Situação curiosa é a da ex-governadora do Pará Ana Júlia Carepa (PT). Madrinha da nomeação de Abidias Júnior para a presidência do Banco da Amazônia (Basa), a petista, derrotada nas urnas, agora quer o lugar do afilhado para manter um emprego público e ficar por dentro da rotina da articulação do **Governo** **Federal**. O Basa dispõe de R\$ 120 milhões para investimentos neste ano.

Já o deputado Paulo Rocha (PT-PA), que perdeu a eleição para senador, responde ao processo do mensalão e ainda está enquadrado na Lei da Ficha Limpa, batalha para pegar a direção da Superintendência da Amazônia (Sudam), que tem R\$ 39 milhões para gastar em 2011. Seria mais um golpe para o PMDB: o atual **Superintendente**, Djalma Melo, foi indicado pelo senador Eduardo Braga (AM) e pelo ex-senador Luiz Octávio (PA), ambos peemedebistas.